

Ileizi Fiorelli Silva

**9º. ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA
GT 10**

O Ensino de Sociologia e as Reformas do Ensino Médio

SALA 139 – ALA C

**A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ (1970 -2022): UMA
ANÁLISE DESDE QUATRO MODELOS DE CURRÍCULO, SEGUNDO
MODOS DE CLASSIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO.**

São Paulo, São Paulo

2025

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ (1970 -2022): UMA ANÁLISE DESDE QUATRO MODELOS DE CURRÍCULO, SEGUNDO MODOS DE CLASSIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO.

Ileizi Fiorelli Silva ¹

RESUMO

Estudamos as formulações de propostas curriculares no Paraná dos anos de 1970 até 2022, desde quatro modelo de currículos elaborados com base na teoria de Basil Bernstein em diálogo com a sociologia da educação e com a história da educação no Brasil. Nomeamos os quatro modelos com base na história da educação e na teoria de Bernstein. Identificamos quatro “modelos” de currículos que vem se mesclando ou se sucedendo nas reformas educacionais: currículo clássico-científico, currículo tecnicista, currículo das competências e o currículo científico (Silva, 2007). Para uma análise interna dos documentos oficiais nos apropriamos mais quatro modelos (*modos*): *currículo*, *matriz curricular*, *proposta curricular* e *diretrizes curriculares* (Batista et. all, 2015). A educação do Paraná, assim como na maioria dos estados do país, experimentou traços e princípios desses quatro *modelos* e *modos*: a) 1971- modelo regionalizado/ modo currículo; b) 1988 -modelo científico / modo diretriz curricular; c) 1991/1994 -modelo científico/ modo diretriz curricular; d) 1995-2001- modelo competências/ modo matriz curricular; f) 2008 -modelo científico–modo diretriz curricular; g) 2021- modelo competências- modo currículo. Em todas essas possibilidades, a sociologia e as ciências sociais participaram de diferentes maneiras, ora como disciplinas, ora como conteúdos transversais, ora como componente de áreas maiores.

Palavras-Chave: Escola; Controle Simbólico; Reformas Educacionais; Discurso Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa realizada no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (LENPES), cadastrada na Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o título: “*A Sociologia no Ensino Médio após a publicação da BNCC em 2018: monitoramento dos Referenciais Curriculares nos Estados.*” Aprovada em 2019 e com conclusão prevista para julho de 2025. O projeto estudou todos os estados, mas, neste artigo apresentaremos o caso do Estado do Paraná, do ponto de vista histórico e estrutural.

¹Professora Doutora do Mestrado Profissional de Sociologia (PROFSOCIO) e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (M/D) da Universidade Estadual de Londrina -UEL, professora sênior, mulher, branca, 57 anos de idade, Londrina-PR, ileizi@uel.br

Estudamos as formulações de propostas curriculares no Paraná dos anos de 1970 até 2024, desde quatro modelos de currículos elaborados com base na teoria de Basil Bernstein em diálogo com a sociologia da educação e com a história da educação no Brasil.

Nomeamos os quatro modelos com base na história da educação e na teoria de Bernstein. Podemos identificar quatro “*modelos*” de currículos que vem se mesclando ou se sucedendo nas reformas educacionais do país: currículo clássico-científico, currículo tecnicista (regionalizado), currículo das competências (regionalizado) e o currículo científico. O quadro é abstrato, mas vou indicar em que momentos da história do Brasil esses modelos foram e estão sendo gestados (ver o Quadro 1 e 2) (Silva, 2007), sendo que recentemente atualizei o nome do *currículo científico* para *currículo democrático e liberal* (Silva, 2020).

Para uma análise interna dos documentos oficiais que organizam a formação nas escolas, nos apropriamos de um modo de estudo categorizado em outros quatro modelos (*modos*): *currículo, matriz curricular, proposta curricular e diretrizes curriculares*, elaborados pelos pesquisadores Antônio Augusto Gomes Batista, Elba Siqueira de Sá Barreto, Joana Buarque de Gusmão e Vanda Mendes Ribeiro, ao pesquisar os documentos curriculares do ensino fundamental II dos estados e do Distrito Federal produzidos entre 2009 e 2014, no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC-SP). Para não confundir o leitor, denominamos de quatro “*modos*” de operacionalização dos currículos (ver quadro 3), ou seja, modos de classificação e enquadramento dos conhecimentos, disciplinas, conteúdos, componentes curriculares dentro das escolas.

A educação do Paraná assim como na maioria dos estados do país experimentou traços e princípios desses quatro *modelos* e *modos* de currículo: a) 1971- modelo regionalizado²/ modo currículo; b) 1987 -modelo científico / modo diretriz curricular; c) 1994 -modelo científico/ modo diretriz curricular; d) 1998- modelo regionalizado/ competências/ modo matriz curricular; e) 2001 -modelo regionalizado/ competências/ modo matriz curricular; f) 2008 - modelo democrático e liberal/ científico – modo diretriz curricular; g) 2022- modelo regionalizado/ competências- modo currículo. Em todas essas possibilidades a sociologia e as ciências sociais participaram de diferentes maneiras, ora como disciplinas, ora como conteúdos transversais, ora como componente de áreas maiores, sempre deixando códigos marcarem as

² Regionalizar os conhecimentos significa agrupá-los em função **de sua aplicabilidade**. Seriam várias disciplinas e ciências compondo um campo profissional, como por exemplo a Medicina, o Direito, a Administração, a Engenharia, e mais recentemente a Pedagogia, que seriam Regiões. Esses campos abrigam disciplinas tradicionais, mas o ensino na formação nessas áreas é condicionado pela aplicabilidade da ciência. Conferir Bernstein (1996).

concepções de educação, formação, escola e currículo. Entendemos a participação da sociologia e parte de seus agentes, mesmo quando ela não estava institucionalizada e instituída.

1. O método de estudo da estruturação do discurso pedagógico

O método de estudos da estruturação do discurso pedagógico de Basil Bernstein tem sido eficiente para a compreensão das lutas em torno das definições da governança da formação das novas gerações no capitalismo avançado da segunda metade do século XX em diante. Assim temos operado com os modelos de currículos construídos ao longo da história do Brasil na sua condição de país colonizado e dominado pelo capitalismo dos países enriquecidos graças à essas relações de dominação e exploração. As ações desencadeadas nessas diferentes instâncias, que têm seus sentidos disputados, arduamente, por diferentes *agentes e agências*, definem o ordenamento e o direcionamento das práticas pedagógicas desenhadas em currículos. Mobilizamos a noção de Bourdieu e Bernstein para *agentes* (indivíduos que agem e lutam) e *agências* (instituições distribuídas nos campos, espaços de lutas, hierarquias, jogos, habitus).

Partimos do campo de *Recontextualização Pedagógica Oficial* composto pelas escolas, secretarias de educação (municipal e estadual) e Ministério da Educação. Além desses, os Conselhos municipais, estaduais e nacional de Educação e tantas outras instâncias que decidem sobre os sentidos e as práticas do sistema nacional de educação no Brasil (LIMA, 2019).

Do ponto de vista teórico e metodológico o que chamamos aqui de *campo da contextualização pedagógica (CCP)* seria composto pelos agentes e agências da pós-graduação e da graduação abrigados nas Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa. Assim, estamos pesquisando exatamente um nicho de produção de sentidos para os currículos, mas colado aos intelectuais, aos produtores de teorias da educação e que também lutam para disseminação e circulação de suas ideias como orientadores dos currículos nos governos e nas escolas. Chamamos de *campo da recontextualização Pedagógica Oficial*, a burocracia da educação e toda sua complexa divisão de tarefas dentro e fora das secretarias de estado e do ministério da educação e as escolas. Nesse campo temos duas instâncias de seleção e elaboração de conteúdos para os currículos, os governos e as escolas. Pretende-se, então, estudar essa instância (CORP), ou seja, a produção dos sentidos e das práticas materializadas nos documentos oficiais que buscam nortear a *estruturação do discurso pedagógico*. Como ocorrem os processos de

recontextualização pedagógica desde o *campo de contextualização* até as instâncias de governo.

A produção e circulação das ideias, conteúdos, teorias, propostas entre os campos ocorrem de modo bastante complexo, com mudanças e variações em cada contexto histórico e político (LIMA, 2019). Entretanto, consideramos promissor esse modelo teórico, na medida em que podemos apreender as várias camadas de formulação das reformas curriculares e da estruturação do discurso pedagógico. Seguindo essa lógica metodológica os modelos de currículos encontrados foram os seguintes:

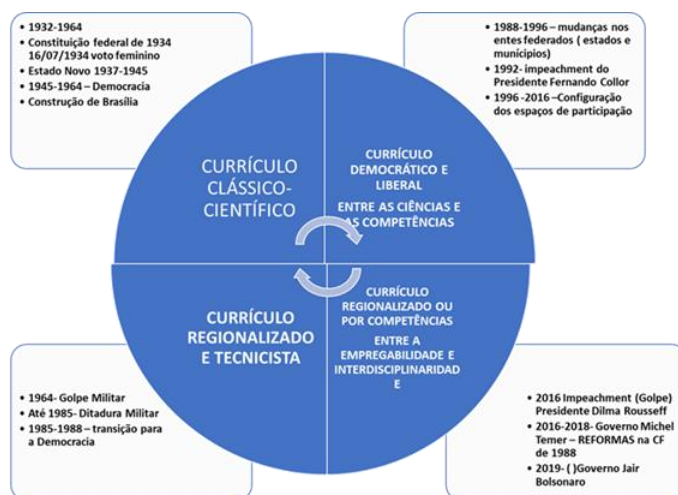


Figura 1. Elaboração da autora.³

Os *modos* de enquadramento e classificação para estudos dos documentos oficiais foram definidos da seguinte forma:

Quadro 1 Intensidade dos aspectos que definem os *modos** dos documentos

Aspecto	Muito alto	Alto	Baixo	Muito baixo ou inexistente
Grau de especificação de metas ou objetivos	Currículo	Matriz curricular	Proposta curricular	Diretriz Curricular
Grau de explicitação de fundamentos e princípios	Diretriz curricular	Proposta curricular	Matriz curricular	Currículo
Ênfase em produtos ou em processos.	Currículo	Matriz curricular	Proposta curricular	Diretriz Curricular
Possibilidade de articulação com as avaliações externas.	Currículo	Matriz Curricular	Proposta Curricular	Diretriz curricular
Grau de abertura à iniciativa de órgãos intermediários, bem como da escola e de seus agentes na construção do currículo.	Diretriz Curricular	Proposta Curricular	Matriz curricular	Currículo
Grau de detalhamento da progressão e do compassamento (ou do ritmo) das aprendizagens.	Currículo	Matriz Curricular	Proposta Curricular	Diretriz curricular

Fonte: Cenpec (2015) In: BATISTA et all. (2015, p.150) * adaptado para essa pesquisa.

³ Copiada do artigo: SILVA, Ileizi L. Fiorelli. A Sociologia na Educação Básica: dos currículos democráticos aos currículos genéricos (1996-2020). In: LIMA, Idalice Ribeiro; Oliveira, Régia Cristina (orgs). A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio. Porto Alegre, RS: Zouk, 2021. pp 275-304

Estudamos 42 documentos oficiais do ordenamento curricular e da educação no Paraná de 1970 a 2022, mas destacaremos, aqui no resumo, apenas os principais e de síntese. O quadro 1 indica os *modelos* e *modos* e os documentos correspondentes.

Quadro 2 Modelos e Modos de Currículos no Paraná (1971 - 2022)

PERÍODO	MODELO	MODO	DOCUMENTO
1971	modelo regionalizado	modo currículo	PARANÁ. SEED. Reforma do ensino de 2.º grau. Boletim Informativo do DOTP, Curitiba, 1974. COLTED- Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. Material Básico dos Cursos de Treinamento para professores primários. O Livro Didático: sua utilização em classe. 1970.
1987	modelo científico	modo diretriz curricular	PARANÁ. SEED. Projeto pedagógico 1987-1990. Curitiba, 1987. PARANÁ. SEED. Reestruturação do ensino de 2º grau: Projeto de conteúdos essenciais do ensino de 2º grau. Curitiba, 1988. PARANÁ. SEED. Projeto de avaliação da proposta curricular da habilitação: magistério. Curitiba: SEED, 1989.
1994	modelo científico	modo diretriz curricular	PARANÁ SEED. Reestruturação do ensino de 2.º grau: Projeto de Conteúdos Essenciais do Ensino de 2.º grau. 1991. / PARANÁ. SEED. DEPARTAMENTO DE 2.º GRAU. Proposta curricular de Sociologia para o ensino de 2.º grau. Curitiba, 1994.
1998	modelo regionalizado/competências	modo matriz curricular	PARANÁ. SEED. Políticas do Estado do Paraná para o ensino médio. 1995. / PARANÁ. SEED /PROEM. O Paraná muda o ensino de segundo grau de olho no futuro. Curitiba, 1996.
2001	modelo regionalizado/competências	modo matriz curricular	PARANÁ. SEED. Sistema de Administração da Educação. Estabelecimentos com disciplinas das áreas de Sociologia e Filosofia. Curitiba, 2001. / PARANÁ. SEED. RESOLUÇÃO nº 2617/2001. Institui no ensino médio (regular) noturno, em todas as séries, projetos interdisciplinares. Curitiba, 2001
2008	modelo democrático e liberal/científico	modo diretriz curricular	PARANÁ. SEED. Diretrizes curriculares de Sociologia para a educação básica. Curitiba. Seed, 2008.
2022	modelo regionalizado/competências	modo currículo	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Paraná) – SEED/PR. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 1, 2021. PARANÁ. Formação Geral Básica – Currículo para o Ensino Médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, 2022. PARANÁ. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 2, 2021b.

2. A estruturação do novo discurso pedagógico desde a pedagogia visível do mercado: suas origens nos governos da ditadura civil-militar (1964-1984) e suas atualizações nos governos após 2016, no Brasil.

2.1. Os modelos regionalizados e tecnicistas: entre a ideologia e as competências.

Até 1971, o Ensino Médio ainda estava centrado na formação humanística voltada para preparação das elites brasileiras nas profissões considerada nobres, como medicina, direito e engenharia, nas atividades intelectuais e artísticas e na preparação para o trabalho. Esta última modalidade sempre oferecida para os filhos dos trabalhadores, para as crianças pobres e abandonadas. O trabalho profissionalizante sempre teve uma conotação de controle da pobreza.

Nos governos militares rompe-se com o eixo do ensino baseado nas ciências humanas e ciências naturais e em suas disciplinas tradicionais. O currículo do 1.º e 2.º grau *regionaliza*⁴ os conhecimentos agrupando-os em áreas de aplicabilidade tecnológica imediata. Assim, o aluno não precisaria mais aprender literatura, mas, sim Comunicação e Expressão, a partir do ensino das regras da gramática. Os alunos não precisariam aprender os fundamentos da Física, a dinâmica, a quântica, mas, somente algumas fórmulas que seriam utilizadas na elaboração de alguma tarefa básica da contabilidade, da construção civil, entre outros. O mesmo valendo para todas as outras disciplinas e áreas de conhecimento. Os livros didáticos demonstram o esvaziamento de conteúdo científico, que se oficializou nas escolas (citar algum estudo). Os estudos por *instrução programada*, *os testes*, os exercícios de completar, etc. As Ciências Sociais foram completamente ideologizadas, enfraquecendo a História e a Geografia como disciplinas científicas. Os Estudos Sociais *regionalizaram* essas ciências em um campo amplo de aplicabilidade. A Educação Moral e Cívica substituiu o que poderia ser o ensino de Filosofia e de Sociologia, jogando fora séculos de reflexões, no caso da Filosofia e, pelo menos, cento e cinquenta anos de Sociologia e Antropologia.

Observamos as grades curriculares desse período e analisamos os documentos que orientaram as metodologias, os conteúdos e os sequenciamentos ao longo das séries e o modelo foi se esclarecendo em suas características e formas que puderam ser retomadas em outros momentos da história da educação do Paraná e do país.

⁴ Regionalizar os conhecimentos significa agrupá-los em função de sua aplicabilidade. Seriam várias disciplinas e ciências compondo um campo profissional, como por exemplo a Medicina, o Direito, a Administração, a Engenharia, e mais recentemente a Pedagogia, que seriam Regiões. Esses campos abrigam disciplinas tradicionais, mas o ensino na formação nessas áreas é condicionado pela aplicabilidade da ciência. Isso é interessante na formação do ensino superior, em que supostamente os alunos já teriam uma base sólida nas disciplinas tradicionais, como a matemática, a biologia, a física, a língua, a sociologia, etc. Entretanto, a regionalização precoce do currículo no ensino fundamental e médio pode comprometer a formação dos conceitos fundamentais para a aplicabilidade da ciência em forma de tecnologias nos campos profissionais. Foi e é o que, de certa forma, está ocorrendo no Brasil desde 1971. Conferir Bernstein (1996).

Quadro 3 - Modelos de grades curriculares do 2.º grau do período de 1971 / 1982

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	FORMAÇÃO ESPECIAL
Comunicação e Expressão	Língua e Literatura Nacional Língua Estrangeira Educação Artística	De acordo com as habilitações escolhidas ou oferecidas nas escolas.
Estudos Sociais	Geografia História Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil	
Ciências	Matemática Ciências	
EDUCAÇÃO FÍSICA		

Quadro 4 - Exemplos de grades curriculares do 2.º grau -habilitações específicas-Técnico em Contabilidade

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	FORMAÇÃO ESPECIAL
Comunicação e Expressão	Língua e Literatura Nacional Língua Estrangeira Educação Artística	Redação e Expressão Mecanografia
Estudos Sociais	Geografia História Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil	Estudos Regionais Economia e mercados Direito e Legislação Organização Técnica e Comercial
Ciências	Matemática Ciências	Estatísticas Processamento de Dados Contabilidade e Custos Programas de Saúde
EDUCAÇÃO FÍSICA		

Habilitação: Técnico em Contabilidade 80 créditos – 2400 horas

Quadro5 Exemplos de grades curriculares do 2.º grau, habilitações específicas Enfermagem

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	FORMAÇÃO ESPECIAL
Comunicação e Expressão	Língua e Literatura Nacional Língua Estrangeira Educação Artística	Redação e Expressão
Estudos Sociais	Geografia História Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil	Estudos Regionais Organização
Ciências	Matemática Ciências	Fundamentos da Enfermagem Enfermagem Médica Enfermagem Cirúrgica Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem Neuropsiquiátrica Psicologia e Ética
EDUCAÇÃO FÍSICA		

Habilitação: Técnico em **Enfermagem**: 83 créditos e 2400 horas

Quadro 6– Exemplos de grades curriculares do 2.º grau, habilitações específicas-Magistério - 1972

MATÉRIAS			SÉRIES			Soma de hora/aula
			1ª.	2ª.	3ª.	
N C U O C M L U E M O	COMUNICAÇÃO	Língua Portuguesa e Literatura brasileira	X	X	X	272
		Língua estrangeira moderna			X	68
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	X			102
		História		X		102
		Org. Social e Política Brasileira			X	34
	CIÊNCIAS	Matemática	X	X	X	204
		Ciências Físicas e Biológicas	X	X	X	374
	SUBTOTAL					1156
ART.7º (LEI 5.692/71)	Educação Moral e Cívica		X			68
	Educação Física		X	X	X	204
	Educação Artística		X			34
	Programas de Saúde		X			34
	Ensino Religioso		X			34
	Subtotal					374
Mínimo Exigido Para Habilitação	Fundamentos da Educação		X	X	X	578
	Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º. Grau			X		136
	Didática		X	X	X	510
	Subtotal					1224
PARTE DIVERSIFICADA	Estudos Complementares	(Educação Geral) e ou				
		Formação Especial	X			136
	Subtotal					136
	Total Geral de Horas/aula do curso		29	29	27	2890

Habilitação: Magistério (para as primeiras séries do 1.o. Grau.) 1972.

Classificamos essa proposta de grade de estudos e a forma de organizar os conteúdos por meio de livros didáticos e apostilas instrucionais obrigatórias enviadas para as escolas, professores e estudantes como *Modo Currículo*, por apresentar um grau *muito alto* de especificação de metas e objetivos, de ênfase em produtos e processos, de articulação com avaliações externas de detalhamento da progressão e do ritmo das aprendizagens. O estudo dos documentos da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), criada em 1966,⁵ como primeiro resultado do convênio entre o MEC e a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que tinha o objetivo de coordenar a produção, edição e distribuição de livros didáticos no Brasil, demonstra as ações efetivadas para o controle dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas. Note-se que duas ações do MEC iam compondo o currículo: controle do material didático e da avaliação do sistema. O Paraná foi

⁵ Para acessar os documentos do COLTED, consulte o site do INEP, Arquivo Histórico do Inep, <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/informationobject/browse?collection=2578&topLod=0>

“Coletânea de resoluções do Colegiado do Livro 1973; cópia de atas e resoluções de 1973; correspondência; agenda da reuniões do colegiado entre 1972 a 1973; informação do programa do livro didático; Programa de Edição e Difusão de obras de interesse cultural – informações básicas, 1973; Contratos do Instituto Nacional do Livro para execução de trabalhos; Programação do 2º encontro de coordenadores do livro didático das unidades federadas; Instrumento de avaliação para livros didáticos; Resultados Preliminares da Coedição do Programa do Livro Didático Fundamental de 1972 e 1973.”

um estado bastante ágil e obediente as essas orientações. Na minha pesquisa para a tese e doutorado além dos documentos os depoimentos de agentes que viveram esse período atestaram essa informação: a adesão com agilidade e competência. Era a época da ditadura civil-militar e os entes federados não tinham margem de discussão e autonomia para realizar suas políticas educacionais, mas havia estados que não se animaram tão rapidamente, por falta de motivação e/ou por falta de competência técnica, com a implementação, como atestam as atas do COLTED (1972 a 1973) sobre os ritmos dos entes federados na adesão aos materiais didáticos e aos cursos para professores.

2.2 Os modelos democráticos e liberais: entre as ciências e as competências.

Conforme escrevi em 2007:

“A partir de 1983, em alguns estados, e a partir de 1988, no Brasil, uma série de reformas curriculares são iniciadas e uma variedade de teorias pedagógicas entram em disputa. Professores do ensino médio e ensino superior, políticos, entre outros, elaboram propostas de currículos que visam sobretudo a democratização do país e a superação do modelo curricular dos governos militares. As experiências de formulações de currículos permitiram a emergência de inúmeras propostas educacionais que, mesmo que divergissem em alguns sentidos, buscavam a superação de uma educação esvaziada de conteúdos e de sentido para os jovens. Daí surgiram modelos de currículos mais próximos dos *currículos científicos*, resgataram-se as disciplinas tradicionais, o papel do professor como intelectual e o papel da escola como transmissora de uma cultura sofisticada, ao menos em termos de discurso e de metas a serem perseguidas. Estou denominando de currículos científicos, sem o adjetivo clássico, porque não ocorre, nesse contexto histórico, movimentos no sentido de retomar a didática tradicional, o ensino de línguas latinas e gregas, enfim, o formato dos currículos que predominaram até os anos de 1960. Destaca-se, ainda, que nenhuma identidade pedagógica específica tornou-se dominante. A elaboração dos dispositivos pedagógicos foi marcada por uma gama variada de teorias e propostas que estão em disputa até hoje. O que podemos identificar como dispositivo dominante foi a politização do discurso pedagógico. (SILVA, 2007, pp. 413-414)

O dispositivo legal que permitiu essas tentativas de novas reformulações foi a lei 7.044/1982, a qual extinguiu a obrigatoriedade da profissionalização no 2.º grau, alterando os dispositivos da lei 5692/1971 que tornavam as habilitações compulsórias nesse nível de ensino.

As grades curriculares apresentaram o seguinte desenho: de 1983 a 1987, as disciplinas do artigo 7.º ainda tratadas como disciplinas em si; nas grades de 1988, essas disciplinas são dissolvidas como conteúdos em outras disciplinas. Observem-se os quadros abaixo:

Quadro 7 - Modelos de grade curricular do 2.º grau do Paraná-1983/1987

N Ú C L E O C O M U M	DISCIPLINAS – ÁREAS DE ESTUDOS - ATIVIDADES		1ª.	2ª.	3ª.	CH	Total
	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e literatura brasileira	5	5	4	14	476
		Língua Inglesa		2	2	4	136
	Estudos Sociais	Geografia	2	2		4	136
		História		2	2	4	136
		O. S.P.B.			2	2	68
	Ciências	Matemática	3	3	3	9	306
		Física	3	3	2	8	272
		Química	3	3	2	8	272
		Biologia					
TOTAL DO NÚCLEO COMUM		19	23	19	61	2074	
ARTIGO 7º.	Educação Moral e Cívica		2			2	68
	Educação Artística		1			1	34
	Educação Física		3	3	3	9	306
	Programa de Saúde		1			1	34
	Ensino Religioso		1			1	34
	TOTAL DO ARTIGO 7º.		8	3	3	14	476
PARTE DIVERSIFICADA	Técnicas de Redação em Língua Portuguesa				2	2	68
	Total parte diversificada				2	2	68
PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	Desenho Técnico				2	2	68
	Total da Preparação para o Trabalho				2	2	68
TOTAL GERAL DO CURSO			27	26	26	79	2686

A diferença básica é que no propedêutico não há uma formação específica, que qualificaria o concluinte habilitando-o para alguma profissão. Entretanto não se abandona o eixo de preparação para o trabalho, nem as disciplinas exigidas no artigo 7º voltadas para uma formação moral e ideológica mais nítida.

Nessa movimentação ainda não aparecem, nas grades curriculares, as disciplinas Sociologia, Filosofia e outras que se tornaram recorrentes após 1988, tais como, ecologia, cidadania, informática, entre outras. O Desenho Técnico aparece na parte de preparação para o trabalho. Os alunos podiam, ainda, cursar as habilitações, complementando o curso do 2.º grau com disciplinas da formação especial. As habilitações não sofreram mudanças nesse período. A flexibilização da obrigatoriedade em se profissionalizar ocorreu, além de outras razões, pelo fato de que as escolas não tinham sido equipadas com os recursos humanos e os recursos pedagógicos exigidos pela própria reforma. Os cursos profissionalizantes de algumas áreas não contavam em todos os lugares com profissionais, laboratórios, equipamentos necessários ao treinamento das habilidades técnicas.

Outra medida legal, que possibilitou mudanças curriculares, foi a Resolução 06/1986 do CFE e MEC, que alterava o Núcleo Comum do ensino de 1.º e 2.º graus, a partir do ano letivo de 1987. Como resultado de um conjunto de debates e seminários com os professores das

escolas e das universidades aparece a Deliberação n.º 004/1987 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (Normas para Reformulação do Núcleo Comum para os currículos de 1.º e 2.º graus, no sistema estadual), que reorganiza as matérias, as áreas e as disciplinas na grade curricular do 1.º e do 2.º graus, reabilitando a noção de disciplinas e respeitando a legislação ainda vigente que obrigava a organização em matérias (que as reuniam como noções). A Indicação n.º 001/1987 de 7/05/1987 do Conselho Estadual de Educação ajudou a entender melhor os ajustes que estavam sendo normatizados no sentido de conciliar as concepções curriculares ligadas ao modelo científico e ao modelo regionalizado/tecnicista, ainda vigente em nível nacional.

Art 2.º As matérias que comporão o núcleo comum obrigatório, a ser incluído em todos os currículos plenos do ensino de 1.º e 2.º graus, regular ou supletivo, são os seguintes:

- a) Português
- b) Estudos Sociais
- c) Ciências
- d) Matemática

§1.º Para efeito da obrigatoriedade do núcleo comum considerar-se-á o seguinte desdobramento:

- a) Português em Língua e Literatura
- b) Estudos Sociais em Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil.
- c) Ciências em Ciências Físicas e Biológicas

[...]

Art. 3.º Os estabelecimentos de ensino organizarão seus currículos atendendo a que as matérias do núcleo comum sejam desenvolvidas de acordo a orientação do Parecer 785/1987 CFE:

1. No 1.º Grau

- a) Nas séries iniciais – Português, Matemática, Estudos Sociais (sob a forma de História, e Geografia ou com integração de ambas). Ciências (sob a forma de Iniciação) tratadas, predominantemente como atividades.
- b) Em seguida, e até o fim do 1.º grau, Português, Matemática, Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil, Ciências Físicas e Biológicas e Língua Estrangeira Moderna quando houver, tratadas como áreas de estudo ou disciplinas.

2. No 2.º grau

Língua Portuguesa, Literatura, com maior ênfase para a Brasileira, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia e Língua Estrangeira Moderna **tratadas como disciplinas.**

[...]

Art.5.º Recomenda-se a inclusão da Filosofia, tratada como disciplina, no currículo do 2.º Grau. (CEE-PR. Deliberação n.º 004/1987, grifos meus).

Nessa deliberação, incorporaram-se os conteúdos das matérias obrigatórias do artigo 7.º da lei 5692 de 1971 a outras disciplinas, assim, Educação Moral e Cívica ficou em Estudos Sociais e Programas de Saúde ficaram na disciplina de Biologia. Ademais recomenda-se na deliberação do CEE-PR, a inclusão da Filosofia como disciplina e omite-se a Sociologia. As grades foram organizadas da seguinte maneira:

Quadro 8 – Modelo de grade curricular do 2.º grau do Paraná- 1988

NÚCLEO COMUM	DISCIPLINAS – ÁREAS DE ESTUDOS - ATIVIDADES		1ª.	2ª.	3ª.	CH	Total
	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e literatura brasileira	5	5	5	15	510
		Inglês		2	2	4	136
	Estudos Sociais	História	2	2	2	6	204
		Geografia	2	2		4	136
		O. S.P.B.			2	2	68
	Matemática	Matemática	3	3	4	10	340
	Ciências	Física	3	3	2	8	272
		Química	3	3	2	8	272
		Biologia	4	3	2	9	306
TOTAL DO NÚCLEO COMUM		22	23	21	66	2244	
ARTIGO 7º.	Educação Moral e Cívica *						
	Educação Artística		1			1	34
	Educação Física		3	3	3	9	306
	Programa de Saúde**						
	Ensino Religioso		1			1	34
	TOTAL DO ARTIGO 7º.		8	3	3	14	476
PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	Preparação universal (***)						
PARTE DIVERSIFICADA	Desenho Técnico				2	2	68
	Total parte diversificada				2	2	68
TOTAL GERAL DO CURSO			27	26	26	79	2686

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia

OBS.: A incorporação de conteúdos e a linha de Preparação Universal são obrigatórias apenas para os estabelecimentos da rede estadual de ensino.

(***) Conteúdos incorporados nas diversas disciplinas.

O parecer do Conselho Federal de Educação referindo-se a essa Deliberação ressaltou que não se incluísse a Filosofia como uma disciplina obrigatória e que não se perdesse o propósito e a “filosofia dos currículos de preparação para o trabalho” da lei 5692/1971, pois:

a reformulação do Núcleo Comum (**Resolução 06/1986**) é uma mudança de posição, mas não constitui um retorno ao ‘statu quo ante’. O que deve ocorrer é a retomada com novas e progressistas medidas. Português, por exemplo, será tratada como matéria que necessita posicionar-se como responsável pelo estudo da língua materna, principalmente em uma época de transição social, ainda mais quando sabemos que ‘se a linguagem serve para bloquear o acesso ao saber, ela também serve para romper esse bloqueio. **Nem por um momento**, o legislador intenciona desligar o português e a literatura dos modernos processos de ensino/aprendizagem que se apóiam na comunicação e na expressão. [...]. **Ainda não se desfigura a intenção da Lei 5692/1971 no tratamento dos Estudos Sociais.** A matéria continua sendo a mesma- Estudos Sociais – isto é, o estudo da realidade social do país, do estado, do município, da localidade, tratados através da visão **científica** da História e da Geografia.

Observa-se que há uma certa “radicalização” no Paraná, quanto ao propósito de restabelecer as disciplinas, em oposição ao Conselho Federal da Educação-CFE, que parece esforçar-se para manter o espírito da Lei 5692/1971. Aos poucos caminha-se de um *tipo de currículo regionalizado e modo currículo* para um *modelo científico no modo matriz curricular*.

As escolas começam a se envolver junto com outros agentes e começam a propor outras disciplinas para as grades de horários e distribuição dos conhecimentos específicos. Embora o grau de abertura iniciativa das secretarias de estado de educação e suas escolas ainda seja baixo, mas já passa a existir. Conforme lemos no diálogo entre os pareceres do Conselho Federal de Educação com o Conselho Estadual de Educação do Paraná em 1986.

Em 1988, inicia-se a reestruturação do 2.º grau, começando pelo período noturno. No que se refere à carga horária faz-se uma redução na maioria das disciplinas, redefinindo-se as propostas de conteúdos e de metodologias. Note-se que nesses desenhos curriculares a Filosofia e a Sociologia já começam a figurar nas grades, na parte diversificada.

Quadro 9 – Modelo de grade curricular do 2.º grau do Paraná- 1989/1993/1994

NÚCLEO COMUM	DISCIPLINAS – AREAS DE ESTUDOS - ATIVIDADES		1ª.	2ª.	3ª.	CH	Total
	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e literatura brasileira	5	5	5	15	510
		Inglês		2	2	4	136
	Estudos Sociais	História	2	2	2	6	204
		Geografia	2	2		4	136
		O. S.P.B.			2	2	68
	Matemática	Matemática	3	3	4	10	340
	Ciências	Física	3	3	2	8	272
		Química	3	3	2	8	272
		Biologia	4	3	2	9	306
TOTAL DO NÚCLEO COMUM		22	23	21	66	2244	
ARTIGO 7º.	Educação Moral e Cívica *						
	Educação Artística		1			1	34
	Educação Física		3	3	3	9	306
	Programa de Saúde**						
	Ensino Religioso		1			1	34
	TOTAL DO ARTIGO 7º.		8	3	3	14	476
PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	Preparação universal (***)						
PARTE DIVERSIFICADA	Filosofia /Sociologia/Técnicas de redação/Desenho técnico+				2	2	68
	Total parte diversificada				2	2	68
TOTAL GERAL DO CURSO			27	26	26	79	2686

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia

OBS.: A incorporação de conteúdos e a linha de Preparação Universal são obrigatórias apenas para os estabelecimentos da rede estadual de ensino.

(***) Conteúdos incorporados nas diversas disciplinas

+Cada escola escolhia uma disciplina na parte diversificada, sendo que essas disciplinas predominavam nos currículos.

Os currículos do ensino médio na Educação Geral, em 1992 alteraram a carga horária, diminuindo a do turno noturno. A disciplina da parte diversificada que poderia ser escolhida pela escola era sempre motivo de debates, mas, pouco a pouco, as escolas foram incorporando a ideia de reforçar os conteúdos das disciplinas tradicionais, tais como Português e Matemática,

incluindo Técnicas de Redação e/ou laboratório de matemática/Matemática-2. Entretanto, as disciplinas mais recorrentes foram Desenho Técnico, Filosofia, Sociologia e Técnicas (ou laboratório) de Redação (às vezes com o adjetivo Comercial).

Podemos afirmar que de 1987 a 1994, retomou-se o *modelo científico no modo diretriz curricular*, pois investiu-se muito na explicitação dos fundamentos e dos princípios desde o debate com as escolas, com intelectuais e produtores de teorias e discursos pedagógicos e educacionais. E de forma muito fraca ou nula investia-se na especificação de metas e objetivos, em ênfase nos produtos e no detalhamento da progressão do ritmo das aprendizagens.

A carga horária, antes destinada para preparação do trabalho, foi dissolvida em todas as outras disciplinas, com o argumento de que haveria uma integração entre esse propósito, o de preparação para o trabalho e o de formação intelectual. Esses princípios já eram a recontextualização dos referenciais do materialismo-histórico no campo pedagógico. As reflexões de Gramsci sobre o trabalho como princípio educativo foram assimiladas nas orientações da reestruturação do ensino médio.⁶

As alterações mais radicais ocorreram nos cursos profissionalizantes que, como já afirmei, aumentaram sua duração e o número de disciplinas e atividades. Nesse processo de reestruturação curricular, a Sociologia obteve uma expansão quantitativa no currículo do magistério e Milena Martinez, socióloga da UFPR, foi a responsável pela elaboração da proposta de conteúdos e metodologias (PARANÁ, 1991). Essa proposta foi disseminada nas escolas e mesmo os professores de sociologia da modalidade Educação Geral, orientavam-se por ela, uma vez que não havia um documento voltado para essa modalidade. A proposta de conteúdos de Sociologia do Paraná elaborada entre 1991 e 1994 também segue essa nova lógica do modelo científico e o do modo diretriz curricular. Embora não tenha tido tempo de se enraizar nas escolas, pois em 1995 muda-se o governo do estado que muda de direção educacional junto com o governo federal.

⁶ PARANÁ. SEED. **Educação, Trabalho e Cidadania**. Curitiba: SEED, 1991; _____. **Reestruturação do ensino de 2º Grau**: Projeto de conteúdos essenciais do ensino de 2º Grau. Curitiba: SEED, 1988. _____. **Reestruturação do ensino do 2º Grau noturno no Paraná. Habilitação : Contabilidade**. Curitiba: SEED, 1991.

Quadro 10 – Modelo de grade curricular do ensino médio do Paraná- 1996/ 1997

NÚCLEO COMUM	MATÉRIAS		1ª.	2ª.	3ª.	Total
	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e literatura brasileira	5	5	5	510
		Inglês		2	2	136
	Estudos Sociais	História	2	2	2	204
		Geografia	2	2	2	204
	Matemática	Matemática	4	3	3	340
	Ciências	Física	3	3	3	306
		Química	3	3	2	272
		Biologia	4	3	2	306
	TOTAL DO NÚCLEO COMUM		23	23	21	2278
ARTIGO 7º	Educação Artística		1			34
	Educação Física		3	3	3	306
	Programa de Saúde*2					
	Ensino Religioso					
	TOTAL DO ARTIGO 7º.		4	3	3	340
PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	Preparação universal *3					
PARTE DIVERSIFICADA	Filosofia ou Sociologia				2	68
	Total parte diversificada				2	68
TOTAL GERAL DO CURSO			27	26	26	2686

(*2) conteúdos incorporados à disciplina de biologia

(*3) conteúdos desenvolvidos nas disciplinas do núcleo comum. OBS. As aulas que excedem as 25 horas serão administradas aos sábados.

Durante os anos de 1997 e 1998, os dezenove Núcleos de Educação da SEED-Pr organizaram equipes para acompanharem as discussões que estavam sendo dirigidas no MEC para reestruturar o ensino médio, agora, primordial e condição para o ensino profissionalizante que passou a se denominar pós-médio (Silva, 2006).

Várias injunções condicionaram o desenho curricular que foi implantado em 1999. A primeira refere-se à realidade específica do Paraná que muito rapidamente já tinha fechado as matrículas nos cursos profissionalizantes, fato que desencadeou vários problemas: a) os professores das disciplinas específicas não teriam mais suas aulas a partir de 2000; b) os professores é que definiriam a quantidade das aulas e das disciplinas em cada escola; c) em 1998 e 1999 o MEC já disseminava as novas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio; d) a hegemonia de algumas ideias debatidas no campo científico e acadêmico, e da educação, que relativizavam a ciência moderna e desqualificavam o ensino como transmissão de ciência e cultura. Dessa forma, os debates nas escolas levaram ao seguinte formato de grade curricular.

Quadro 11 – Modelo de grade curricular do ensino médio do Paraná- 1999

B A S E N A C I O N A L C O M U M	ÁREAS DE CONHECIMENTO		1º. CICLO		2º. CICLO	
			1ª.	2ª.	3ª.	Total
	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa e Literatura	3	3	3	360
		Artes	1	1		80
		Educação Física	2	2	1	200
		Informática	2	1		120
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática	3	3	3	360
		Física	2	2	2	240
		Química	2	2	2	240
		Biologia	2	2	2	240
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História	2	2	2	240
		Geografia	2	2	2	240
		Filosofia		2	1	120
		Sociologia	2			80
	SUBTOTAL		23	22	18	2520
P D I V E R S I F I C A D A	Produção de Texto/ Oralidade		2	2	2	240
	Língua Estrangeira Moderna/Inglês		2	2	2	240
	Matemática II				2	80
	Física II				2	80
	SUBTOTAL		4	4	8	640
	Outras possibilidades: Química II, Biologia II, Sociologia II, Introdução à Metodologia Científica, Psicologia Educação para a Cidadania					
	TOTAL GERAL		27	26	26	3160

Essa grade curricular refletia a organização dos saberes proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNEM, que dividiu o conhecimento em três áreas, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Os PCNEM indicaram, ainda, as disciplinas de cada área de conhecimento, na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, ressaltou quatro disciplinas, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Nas discussões, no Paraná, em 1997 e 1998, os Núcleos de Educação (SEED) acabaram interpretando que a grade curricular deveria seguir essa orientação. Dessa forma, Filosofia e Sociologia ficaram na *base nacional comum* e não na *parte diversificada*.

A questão da avaliação e das formas de promoção no ensino médio também foram os eixos dos debates. A compreensão foi a de que se deveria organizar o ensino médio por ciclos e abolir as notas. Esse modelo foi implantado, primeiro, no Núcleo de Londrina, causando muita

instabilidade nas relações pedagógicas. Da primeira para a segunda série não haveria reprovação, apenas dependências em disciplinas⁷.

Com os embates no interior da SEED, dos Núcleos e das escolas e com o acirramento das disputas dos professores em torno das disciplinas e das cargas horárias, além do interesse do Governo em enxugar o número de aulas em geral e o número de professores, foram elaboradas novas interpretações sobre os PCNEM e as DCNEM. Em 2000, a SEED enviou resoluções e Instruções às escolas determinando que diminuíssem a carga horária total das aulas semanais, de 25 para 23/22 horas semanais. Determinava, ainda, que readequassem as grades curriculares obedecendo às Diretrizes (DCNEM, 1998) e não aos Parâmetros (PCNEM, 1999), pois as primeiras eram normatizadoras e regulamentavam, de fato, a LDB de 1996.

Dessa forma, a “alegria” de ter a sociologia em todas escolas *na base nacional comum* durou pouco. Em 2001, as grades curriculares já refletiam as novas orientações e interpretações das DCNEM e dos PCNEM, além do intenso processo de enxugamento do número de aulas, de professores e até de alunos do sistema de ensino público. O descontentamento com a organização por ciclos também forçou as reformulações e o retorno às séries e às possibilidades de reprovação desde a primeira série.

Em 2001, a grade curricular do ensino médio retirou a Filosofia e a Sociologia da *base nacional comum* redirecionando-as para a *parte diversificada*, segundo a escolha de cada escola. Nesse ano, diminuiram em torno de 30 a 40% o número de escolas que ofertam a sociologia e/ou filosofia. Nas grades curriculares que as mantiveram acrescentaram a denominação Introdução à Filosofia / Introdução à Sociologia, como orientação do setor de recursos humanos, para que qualquer professor pudesse lecionar essas disciplinas. Enfim, muito rapidamente, entre 1999 e 2000, a filosofia e a sociologia perderam o *status* de disciplinas da *base nacional comum* e a possibilidade de terem profissionais preparados para ensiná-las.

Entretanto, é interessante ressaltar que elas não saíram dos currículos, pelo fato de ter permanecido nas escolas, um conjunto de interesses, interpretações e formas de organizar os currículos que possibilitaram a continuidade do ensino dessas disciplinas, ainda que de forma precária.

⁷ PARANÁ. SEED. LONDRINA. N.R.E. **Proposta de Reestruturação do Ensino Médio do Núcleo Regional de Educação de Londrina.** Londrina, 1997

Quadro 12 – Modelo de grade curricular do ensino médio do Paraná- 2001

BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS	DISCIPLINAS	1 ^A .	2 ^A .	3 ^A .
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	3	2
		Arte			2
		Educação Física	2	2	2
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	3	3	2
		Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
	SUB-TOTAL		18	18	18
PARTE DIVERSIFICADA		Produção de Texto e Oratória	1	2	2
		Inglês	1	2	2
		Iniciação a Metodologia Científica	2		
		Introdução à Filosofia			2
		Introdução à Sociologia		2	
		Laboratório de Biologia	1		
		Informática	1		
		SUB-TOTAL	6	6	6
	TOTAL GERAL		24	24	24

Essa lógica foi potencializada, a partir de 2002, quando novas orientações foram dadas às escolas, agora, introduzindo-se o **ensino por projetos**, ou seja, tentando forçar a superação dos currículos baseados em disciplinas, a SEED-Pr resolveu transformar parte da carga horária da *parte diversificada* em *Projetos Interdisciplinares*. Foram seis horas aula por semana transformadas em *projetos*. A Filosofia e a Sociologia deixaram de ser disciplinas, mesmo na parte diversificada, e passaram a ser *Projetos*⁸, junto com outras disciplinas. Os professores de Sociologia sentiram essa mudança de forma muito aguda, porque foram-lhes reduzidas as aulas e com isso tiveram que atender a mais escolas e a mais alunos, uma vez que cada *Projeto* deveria envolver até três turmas e o professor ganharia apenas pelo número de aulas como se fosse uma única turma. Aqui fica caracterizado, ainda, o esforço de redução de gastos; com esse procedimento o governo conseguiu eliminar muitas horas-aulas e muitos professores.

⁸ Os *Projetos Interdisciplinares* apareceram nas grades curriculares com a sigla PEC-Projeto de Ensino Coletivo (PARANÁ, 2001).

Quadro 13 - Modelo de grade curricular do ensino médio do Paraná baseado em projetos, sem Sociologia - 2002

BASE	ÁREAS	DISCIPLINAS	1 ^ª .	2 ^ª .	3 ^ª .
NACIONAL COMUM	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	3	2
		Arte			2
		Educação Física	2	2	2
	Ciências da natureza, matemática e suas Tecnologias	Matemática	3	3	2
		Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
	SUB-TOTAL		18	18	18
PARTE DIVERSIFICADA		PEC-Química		1	
		Ingles	2	2	2
		PEC- Língua Portuguesa	2	1	2
		PEC-Matemática			2
		PEC-Biologia	2		
		PEC-História		1	
		PEC- Geografia		1	
	SUB-TOTAL		6	6	6
TOTAL GERAL			24	24	24

PEC- São os Projetos Interdisciplinares

Quadro 14. Modelo de Grade Curricular do Ensino Médio do Paraná baseado em Projetos, com Sociologia.

BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS	DISCIPLINAS	1 ^A	2 ^A	3 ^A
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	3	2
		Arte			2
		Educação Física	2	2	2
	Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias	Matemática	3	3	2
		Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	Ciências Humanas e Suas Tecnologias	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
	SUB-TOTAL		18	18	18
PARTE DIVERSIFICADA		PEC-Língua Portuguesa	2	2	2
		Inglês	2	2	2
		PEC- Sociologia	1	1	1
		PEC- Filosofia	1	1	1
	SUB-TOTAL		6	6	6
	TOTAL GERAL		24	24	24

Ao final do governo de Jaime Lerner e de uma administração do aparato educativo voltada para o enxugamento das atividades, modalidades, alunos, professores, funcionários, enfim, dos gastos, a Sociologia ainda permanecia nos currículos em 50% das escolas. As razões para a manutenção desse percentual podem ser encontradas nos esforços dos pedagogos (expropriados de suas aulas nos antigos cursos de magistério), dos poucos cientistas sociais presentes nas escolas, dos projetos de extensão da UFPR e da UEL, da ação de sujeitos/agentes

no interior dos Núcleos de Educação e da SEED-PR. Em 2003, as escolas continuavam com o mesmo modelo de grade curricular existente em 2002 (Silva, 2006).

Temos, então, nos anos de 1995 a 2002, o *modelo regionalizado/competências no modo matriz curricular*, sendo o esforço do governo de Jaime Lerner (1995-2002) de formatar no modo currículo, ou seja, conseguir maior controle sobre os processos de ensino e aprendizagem nas escolas. Nessa luta dentro do campo do controle simbólico / sistema de educação, foi possível aumentar o *grau de especificação de metas e objetivos, da ênfase nos produtos e processos, da possibilidade de articulação com as avaliações externas e menos no grau de detalhamento da progressão e ritmo das aprendizagens*. Vale ressaltar que a resistência dentro das escolas era maior e mais organizada, pois vinha debatendo e lutando durante a década de 1980 e 1990. Entretanto, a força da avaliação externa, as avaliações de desempenho do sistema aumentou muito e esse mecanismo tornou-se mais robusto e influenciador da sociedade civil, dos gestores de escolas, entre outros. A hierarquização das escolas pelo desempenho, a criação de rankings pautou de forma marcante as definições e organizações das metodologias de ensino e das disciplinas consideradas válidas.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República e de Roberto Requião para o Governo do Paraná em 2002, novo direcionamento começou em 2003 para a educação e para as políticas curriculares. Ambos foram reeleitos em 2006. Assim, entre 2003 e 2010 retoma-se o *modelo científico no modo diretriz curricular*. Isso foi possível porque se abriu um longo debate com as escolas, universidades e técnicos dos governos. A grade curricular no Paraná mais frequente é a retratada no Quadro 12. Para atender às novas legislações, especialmente as leis_ Lei nº 11.161 de 5 de agosto de 2005, que obriga o ensino da língua espanhola; Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio_, procurou distribuir as cargas horárias de maneira equânime. Além disso, uma Instrução Normativa proibia a existência de disciplinas com menos de 1 (uma) hora-aula de carga semanal.

Quadro 15 – Modelo de grade curricular do ensino médio do Paraná- 2010 a 2018

B A S E N A C I O N A L C O M U M	ÁREAS DE CONHECIMENTO				
			1ª.	2ª.	3ª.
	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa e Literatura	2	2	2
		Artes	2	2	2
		Língua Estrangeira Moderna/Inglês	2	2	2
		Língua Estrangeira Moderna/Espanhol	2	2	2
		Educação Física	2	2	2
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática	2	2	2
		Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
		Filosofia	2	2	2
		Sociologia	2	2	2
	SUBTOTAL				
P D A I R V E R S I F I C A D A	Produção de Texto/ Oralidade				
	Matemática II				
	Física II				
	SUBTOTAL				
	Outras possibilidades: Química II, Biologia II, Sociologia II, Introdução à Metodologia Científica, Psicologia Educação para a Cidadania				
	TOTAL GERAL				

Nesse período foram elaboradas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (Educação Infantil até o Ensino Médio) contemplando as 13 disciplinas (Paraná, 2008). Em 2006 publicaram-se os livros didáticos públicos escritos por professores da rede pública com a assessoria de docentes das universidades públicas.

O *modelo democrático e liberal/científico no modo diretriz curricular* predominou até 2018. A natureza desse *modelo* tem características híbridas em termos do controle dos processos e ritmos do ensino e aprendizagem nas escolas. Há um alto *grau de explicitação dos princípios e fundamentos* de cada disciplina e *abertura as escolas e professores*, que foram pactuando os detalhamentos dos processos, uma vez que os documentos não apresentavam essas propostas para cada série, cada bimestre, por exemplo. As avaliações em larga escala, sistemas de avaliação nacionais e estaduais continuaram se expandindo e se legitimando como os mais objetivos diagnósticos da realidade educacional. Oliveira (2016) ao analisar a elaboração dessa

proposta educacional do Paraná, chegou a essa conclusão: as avaliações, ENEM, vestibulares e outras pautaram os processos dentro das escolas a despeito dos princípios declarados nas Diretrizes terem outros horizontes de formação. Ressalta-se que mesmo diante de controle externo, o campo de recontextualização pedagógica gozava de autonomia relativa e os docentes no chão das escolas poderiam fazer suas escolhas e sentiam-se como intelectuais autônomos diante do trabalho pedagógico calcado em sua formação especializada. Isso começa a ruir e a mudar radicalmente após 2018.

2.3 Os modelos regionalizados e neoliberais: entre a barbárie gerencial e a performance avaliativa.

Conforme podemos observar nos decretos, leis e orientações do Governos federal em relação ao Ensino Médio, os currículos e cargas horárias que foram propostos mantiveram ou alteraram alguns princípios da LDB de 1996. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, os estados organizaram suas propostas de currículos obedecendo a parte comum e a diversificada em termos de carga horária. A Sociologia aparecia como componente curricular em todos os estados variando sua presença na série e na carga horária de aula. Era comum figurar na terceira série com 1 hora aula. Após a lei 11.684 de 2008, ela passou a figurar em todas as séries, em alguns estados com duas horas aulas, mas o comum era uma hora aula por semana em cada série. O ensino médio tinha que cumprir 800 horas anuais de aulas e duzentos dias letivos de aulas.

Com a reforma do Ensino Médio instituída pela Lei 13.415 de 2017 a carga horária anual passa de oitocentas para mil horas de aulas/ano. Sendo que dessas três mil horas ao longo dos três anos, os estudantes deverão cumprir um mil e oitocentas horas com a BNCC e um mil e duzentas horas nos itinerários formativos. A configuração do Ensino Médio será a partir de cinco itinerários formativos,

“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela **Base Nacional Comum Curricular** e por **itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional.”

Os conteúdos serão organizados por áreas de conhecimento e os componentes curriculares subordinados às competências e habilidades definidas pela Base Nacional Comum Curricular -BNCC, distribuídos em um mil e oitocentas horas ou seiscentas horas anuais,

“Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas. § 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural. § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente **ao ensino médio incluirá obrigatoriamente** estudos e práticas de educação física, arte, **sociologia e filosofia**. § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. § 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.”

No Paraná, em 2021 ocorrem a elaboração, as consultas públicas por meio de plataformas na internet (03 a 28 de fevereiro) e as aprovações nas instâncias pertinentes, como no Conselho Estadual de Educação do Paraná. Há uma versão do documento inteiro com 1072 páginas e outra versão dividida em três volumes. Em 2022 inicia o processo de implantação que tem sido bem complicado e desestabilizador das identidades dos docentes. As matrizes curriculares dos diferentes modelos de gestão de escolas⁹, de modalidades e escolas com características diversas e específicas são modificadas por instruções de serviços a cada ano (PARANÁ, 2023, 2024).

Assim como consta nos outros Estados Federativos da União, o Paraná segue a proposta de dois momentos da trajetória formativa dos estudantes, sendo a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF). Segundo o Referencial Curricular publicado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR -, o Paraná oferece às escolas a possibilidade de organizar a carga horária do Ensino Médio de duas formas, assim como apresentado no quadro 16:

⁹ Escolas do Novo Ensino Médio Regular Diurna; Novo Ensino Médio Regular Noturno; Novo Ensino Médio em Tempo Integral; Novo Ensino Médio ofertado pelos Colégio Cívico-Militares; Modalidade Indígena; Modalidade Quilombola; Escola do Campo-Ilhas, Assentamento e Acampamento; Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Curso de Formação de Docentes em Nível Médio, na modalidade Normal; Educação de Jovens e Adultos (EJA). (PARANÁ, 2023, folhas 31-33)

Quadro 16 – Possibilidades de distribuição da carga horária da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos no Ensino Médio.

Primeira possibilidade			
	FGB	IF	Total
1ª Série	800	200	1000
2ª Série	700	300	1000
3ª Série	300	700	1000
Segunda possibilidade			
	FGB	IF	Total
1ª Série	800	200	1000
2ª Série	600	400	1000
3ª Série	400	600	1000

Fonte: SEED/PR, 2021, p. 34.

Segundo a Instrução Normativa Conjunta nº 008/2021 – DEDUC/DPGE/SEED podemos observar que a distribuição de carga horária no Paraná segue a segunda possibilidade apresentada acima, porém com algumas particularidades.

Assim como determinado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), os componentes curriculares estão agrupados em áreas, a saber: Linguagem e suas Tecnologias (LT), Matemática e suas Tecnologias (MT), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Considerando o Ensino Médio com três séries, Arte conta com apenas duas horas-aula na 1ª série, Educação Física com duas horas-aula na 1ª e 3ª série, Língua Inglesa com duas horas-aula na 1ª e 2ª série e Língua Portuguesa com três horas-aula na 1ª e 2ª série e quatro horas-aula na 3ª série. A Matemática possui carga horária semelhante à de Língua Portuguesa. Física com duas horas-aula na 1ª e 3ª série, Química e Biologia com duas horas-aula na 1ª e 2ª série cada componente.

A Sociologia neste novo modelo do Ensino Médio possui duas horas-aula semanais na 2ª série do Ensino Médio e integra a área do conhecimento CHSA, assim como a Filosofia, que está com duas horas-aula na 1ª série e História e Geografia com duas horas-aula na 1ª e 2ª série. O documento que temos como referência é uma simulação da distribuição de carga horária de um Itinerário Formativo (IF) integrado de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais, assim sendo, a sociologia tem mais duas horas-aula na 2ª série do Ensino Médio.

A Sociologia está enquadrada no discurso pedagógico dominante e sofre alteração em sua forma e conteúdo. Assim, quais são os temas, conceitos, habilidades e competências esperados para este componente curricular no Novo Ensino Médio?

Há um intercâmbio entre a BNCC de 2018 e o NEM de 2017 que determina as competências gerais básicas das CHSA e suas referidas habilidades específicas. No Paraná, a

organização foi pensada a partir das 6 competências gerais básicas como base para 6 unidades temáticas específicas para a Sociologia, sendo elas: 1) O conhecimento sociológico e a relação entre o indivíduo e a sociedade; 2) cultura e diversidade; 3) consumo, indústria cultural e capitalismo; 4) trabalho e sociedade; 5) desigualdades sociais e suas múltiplas facetas e 6) poder, política, Estado e cidadania. Cada unidade reúne e trabalha um conjunto de habilidades das CHSA com objetos de conhecimento específicos da Sociologia, sendo demonstrados através de sugestões de conteúdos a serem apresentados aos estudantes.

Todas as Unidades Temáticas possuem um quadro semelhante a esse, revelando uma variedade alta de habilidades e conteúdos constitutivos da Sociologia no NEM. Contudo, uma dúvida surge: é possível realizar o processo de ensino e aprendizagem de tudo isso que é proposto no Referencial Curricular? Essa resposta é dada pela própria SEED/PR em um outro documento (PARANÁ, 2022) no qual há uma proposta de distribuição das competências e habilidades de todas as áreas do conhecimento, para todas as séries do Ensino Médio no Paraná, inclusive a Sociologia. O que chama a atenção é a escolha por trimestres letivos (ao invés do tradicional bimestre) e a ausência de habilidades de Sociologia que constam no Referencial e não aparecem nessa distribuição.

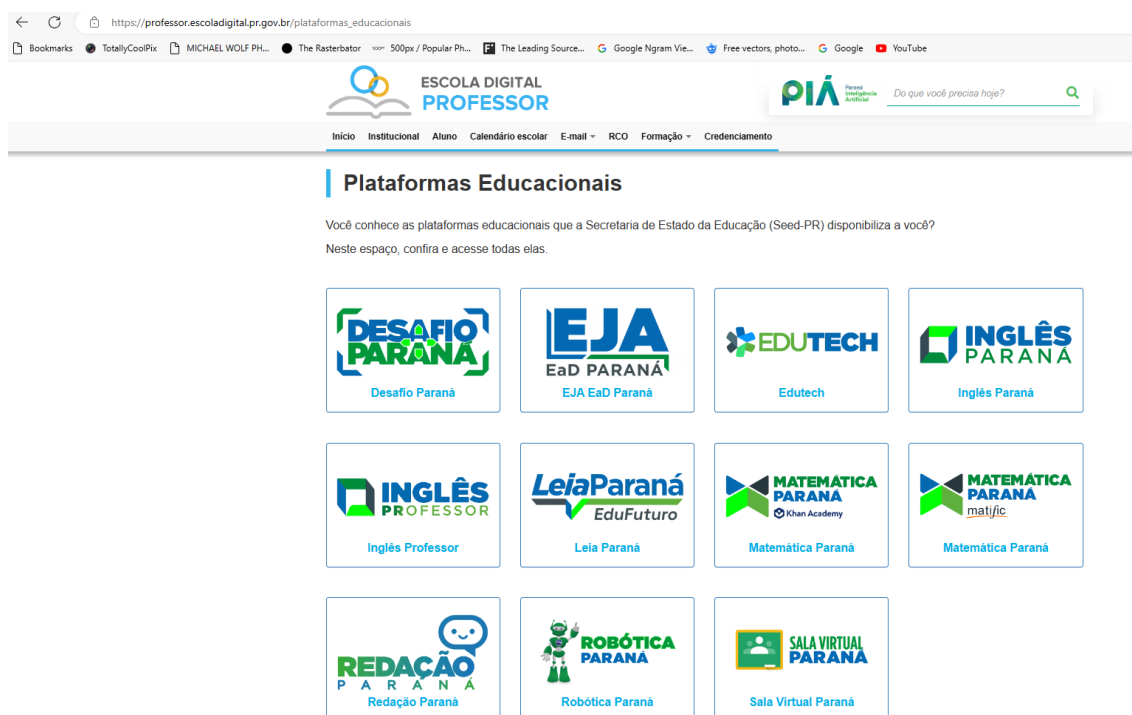
Quando analisamos os documentos (PARANÁ, 2022), constatamos a ausência de algumas habilidades de Sociologia que constam no referencial curricular e não aparecem nessa distribuição (EM13CHS302, EM13CHS202, EM13CHS306, EM13CHS204 e EM13CHS20), ou seja, a SEED/PR assume que a carga horária da FGB em Sociologia não é compatível com a própria previsão de competências, habilidades e conteúdos que ela pressupõe. O que pode ser alegado é a existência dos IFs para a complementação da carga horária, assim sendo, vamos conhecer como está a organização dessa etapa do NEM.

Assim como determinado pela BNCC (2018), o componente Projeto de Vida deve constar como obrigatório nos IF, e no Paraná ele possui a seguinte carga horária: 1ª série com 2 aulas semanais; 2ª e 3ª séries com 1 aula semanal. Juntamente com ele, o Paraná determina mais 2 componentes obrigatórios para todos os IF: Pensamento Computacional na 1ª série com 2 aulas semanais; e Educação Financeira, presente em todas as séries do NEM com 2 aulas semanais em cada série. Essas três componentes formam o que o Paraná chama de Parte Flexível Obrigatória (PFO) o que, ao nosso ver, é uma incongruência, pois como algo flexível pode ser obrigatório? A escolha destes componentes tem relação direta com os agentes e agências envolvidos na elaboração do NEM no estado. Como já demonstramos anteriormente,

são os agentes do mercado que dominaram todo o processo. Observemos, agora, as outras partes do Itinerário Formativo.

Além da PFO, o Paraná apresenta os Itinerários Formativos de Aprofundamento em cada uma das grandes áreas de conhecimento com Trilhas de Aprendizagem variadas e distintas. Como exemplo, a área de CHSA possui 4 trilhas: Cosmologias: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?; A Formação do Povo Brasileiro e seus Aspectos Históricos e Culturais; Entendendo o Meu Lugar no Mundo: O Paraná e o seu Contexto Local, Histórico e Social; e Aprendendo a Empreender: o Mundo do Trabalho no Século XXI.

Outro formato são os Itinerários Formativos Integrados, apresentados em 6 propostas a partir da Deliberação CEE/PR nº 04/21, sendo elas: Áreas de Matemática e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias; Áreas de Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Áreas de Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Por fim, temos os Itinerários da Educação Técnica e Profissional, com os seguintes modelos: cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; cursos de Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos de Especialização Profissional Técnica.



Para garantir um elevado grau de controle sobre os progressos e ritmos nas aulas há uma ferramenta disponibilizada no NEM do Paraná: o **Livro Registro de Classe On-line (LRCO)**. Homologado pela Resolução SEED 3550 de 23 de junho de 2022, o uso conjuntamente do LRCO e o Livro Registro de Classe (RCO) é autorizado. Há uma complementação de uma ação antes manual e física, para quase automática e digital. O LRCO, a princípio, auxilia o docente no registro das aulas e do cotidiano escolar, porém, com a janela de oportunidade da pandemia, foram acrescidas outras ações ao LRCO, como, por exemplo, a determinação das habilidades e competências específicas de cada aula, os materiais que os docentes podem utilizar nas aulas, o registro do conteúdo lecionado e a realização de chamada biométrica facial dos estudantes.

Observamos que os conteúdos de Sociologia previstos no documento do referencial são semelhantes aos que foram definidos na Diretrizes Curriculares de 2008 (Oliveira, 2016). Na perspectiva de Bernstein (1996) forma e conteúdo não se separam. Assim, dentro dessa forma de currículo e de escola, a sociologia é enquadrada. Os conteúdos são afetados pela forma que são apresentados, veiculados nas mídias de transmissão. Além do LRCO outra forma de controlar o que se ensina de Sociologia é Prova Paraná, aplicada, a cada trimestre e que indica os descritores que os professores devem reforçar para que os estudantes acertem mais questões e melhorem os índices de acesso às plataformas, usem os slides que lá estão e indiquem que o aprendizado foi efetivado.

O alinhamento é feito entre as habilidades, os objetivos de aprendizagem, os descritores da Prova Paraná. O controle para os docentes e os estudantes se engajem é feito pela direção geral da SEED_PR diretamente na plataforma, verificando o número de acessos pelos professores e pelos estudantes, que pressiona Diretor e equipe pedagógica da escola, caso sejam baixo o número de acessos e de acertos dos estudantes na referida Prova. Note-se que as plataformas poderiam, sim, serem usadas de modo criativo, colaborativo e solidário no trabalho do docente e dos estudantes. O que demonstramos aqui é o contrário. Pune-se os docentes que não usam esses slides e que preferem usar livros, outros textos, enfim, tentam exercitar sua autonomia intelectual.

Observemos uma sequência de conteúdos de Sociologia presentes nessas plataformas¹⁰. Apresentaremos imagens de LRCO, Descritores da Prova Paraná e slides acerca dos objetos da

¹⁰ Esses dados foram fornecidos por um docente da rede pública que tem a senha e autorização de acesso. Para continuar esse estudo estamos esperando uma autorização para pesquisadores. Mas as amostras que conseguimos já dão uma pista da lógica instaurada para o controle do trabalho docente.

LRCO e Descritores. Não são os mesmos conteúdos nas três imagens, porque não tivemos acesso ao conjunto dos materiais, que seria mais interessante para análise.

O docente recebe os conteúdos registrados e distribuídos em trimestres.




LISTA DE CONTEÚDOS

ORGANIZAÇÃO DO CRONOGRAMA DE CONTEÚDOS
POR COMPONENTE CURRICULAR
1º TRIMESTRE - 2024

COMPONENTE: Sociologia – 2ª SÉRIE

ENSINO MÉDIO: FORMAÇÃO GERAL BÁSICA – 22 AULAS NO TRIMESTRE

AULA	HABILIDADE	OBJETIVO DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO DA AULA	REFERÊNCIA DO LIVRO DIDÁTICO
N1	(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	Conhecer e identificar o objeto de estudo das Ciências Sociais e os princípios teórico-metodológicos que as fundamentam, para interpretar fenômenos sociais como resultantes da relação entre indivíduo e sociedade, observando o caráter social, político e cultural das relações humanas.	Nivelamento: As Ciências Sociais - definição, métodos e técnicas	



Figura 3. Imagem fornecida por um docente da Educação Básica, em 2024.




LISTA DE CONTEÚDOS

06	(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e contemporaneidade a partir da sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).	Compreender as relações sociais da contemporaneidade a partir da contribuição das teorias sociológicas clássicas, levando em consideração os conceitos de Fato Social, Classes Sociais e Ação Social. Formular questões passíveis de investigação social a partir de abordagens clássicas da Sociologia, analisando fontes de dados, teorias, conceitos e métodos de pesquisas.	Teoria Sociológica Clássica: Karl Marx, o capitalismo e suas contradições	
07	(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e contemporaneidade a partir da sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).	Compreender as relações sociais da contemporaneidade a partir da contribuição das teorias sociológicas clássicas, levando em consideração os conceitos de Fato Social, Classes Sociais e Ação Social. Formular questões passíveis de investigação social a partir de abordagens clássicas da Sociologia, analisando fontes de dados, teorias, conceitos e métodos de pesquisas.	Teoria Sociológica Clássica: Karl Marx, a exploração do trabalho e a luta de classes	



Figura 4. Imagem fornecida por um docente da Educação Básica, em 2024.

Antes da realização da Prova Paraná, os diretores passam nas salas alertando os docentes para olharem os descritores e os slides respectivos para acessarem e motivarem seus estudantes a fazerem o mesmo. Eles então trabalhando ou não esses conteúdos têm seguido as ordens para não receberem advertências por escrito e por atas.

DESCRITORES PARA O 2 E 3 ANO PARA A 3 PROVA PARANÁ

D97	Identificar a relação de interdependência entre as classes.
D15	Reconhecer os marcadores sociais das diferenças na produção e reprodução das desigualdades (de gênero, sexualidade/orientação sexual/etnia/geração/classe).
D65	Identificar as transformações das formas de trabalho.
D98	Identificar a divisão do trabalho social em diferentes contextos espaciais e temporais.

O trabalho para os clássicos da Sociologia
Desigualdades Sociais no Brasil Desigualdades de gênero e étnico-raciais no mercado de trabalho
Trabalho, Neoliberalismo e Globalização
O trabalho para os clássicos da Sociologia

ONDE ENCONTRO - SLIDE
https://docs.google.com/presentation/d/1-ty9u57MvbAOR_ErL_EKLHMLcmvbl_uooh/edit?usp=sharing&ouid=116865399788621417876&rtopof=true&sd=true
https://docs.google.com/presentation/d/1gSbUzD02naKunGH7kbFu3n9P-Uy2Zo7o/edit#slide=id.g13fd96f668b_0_0
https://docs.google.com/presentation/d/1OpCaAdEI6EQL-ojPstDnrr9DVKixDUG/edit#slide=id.g13fe601413a_0_0
https://docs.google.com/presentation/d/1XTXekCoSUtpS03PabXiYdRY3nPIHbFI/edit#slide=id.g13fe59ff705_0_0
https://docs.google.com/presentation/d/1-ty9u57MvbAOR_ErL_EKLHMLcmvbl_uooh/edit?usp=sharing&ouid=116865399788621417876&rtopof=true&sd=true

Figura 5. Imagem fornecida por um docente da Educação Básica, em 2024. Basta clicar nos links e aparecem os slides das aulas.



Figura6. Imagem fornecida por um docente da Educação Básica, em 2024.



Figura 7. Imagem fornecida por um docente da Educação Básica, em 2024.

A Sociologia está presente nos Referenciais, nas aulas e nas avaliações em larga escala.

Um *modelo regionalizado/competências no modo currículo*, agora, quase em estado “puro”. São muito altos os *graus de especificação de metas ou objetivos, de ênfase em produtos ou em processos, da possibilidade de articulação com as avaliações externas, de detalhamento da progressão e do compassamento (ou do ritmo) das aprendizagens*. O que diminui ou restringe, ao mínimo possível, a autonomia do campo de recontextualização pedagógica, das ações e decisões dos docentes no chão das escolas.

O que os governos militares (1964-1985) buscaram, os governos de Jaime Lerner (1995-2002) tentaram, o Governo de Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2019-2022) e Ratinho Junior (2019-2026), no Paraná, conseguiram com a ajuda da pandemia da covid-19, a alta tecnologia, das BighTechs e das plataformas digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos situar a Sociologia no período histórico estudado no estado do Paraná desde os modelos e modos da organização curricular que variou de cordo com o contexto histórico e político, sendo que o aumento do controle sobre o trabalho docente nas salas de aula aumentou exatamente como previu Bernstein (1996, 2000) quando estudou a educação na Inglaterra dos anos de 1990. O currículo baseado nas *generalizações* ao mesmo tempo definiu um *enquadramento forte*, quando criou uma progressão mais definida e uma intervenção em todas

as etapas e momentos dos anos letivos nas escolas. Coincidindo com o *modo currículo* no *modelo regionalizado/competências*.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes.; SÁ BARRETO, Elba Siqueira de.; GUSMÃO, Joana Buarque de.; RIBEIRO, Vanda Mendes Ribeiro. Renovação dos documentos curriculares dos anos finais do ensino fundamental nos estados brasileiros: (2009-2014). In Cadernos do CENPEC, São Paulo, v.5, n.2, p.138-165, jul./dez. 2015 Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/etapa-6-dc-analise-docs-curriculares-b.pdf> . Acessado em 27 de março de 2025.

BAUER, A. “NOVAS” RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E AVALIAÇÃO? RECOLOCANDO E REDIRECIONANDO O DEBATE . Educação Em Revista, 36, e223884., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698223884> . Acessado em 27/03/2025

BERNSTEIN, Basil. A Estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, Basil. A Pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 20, p. 75-110, novembro 2003.

BERNSTEIN, Basil. Pedagogy, Symbolic and Identity: Theory, research, critique. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

BRASIL.MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). COLTED- Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. Material Básico dos Cursos de Treinamento para professores primários. O Livro Didático: sua utilização em classe. 2; ed. 1970.

CORREIA-LIMA, Alexandre J. **Modelo de análise de proposta curricular para o ensino de Sociologia**: A Sociologia do Conhecimento como instrumento para análise da Proposta Curricular para o Ensino de Sociologia no 2º grau PR/1994. 85 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

OLIVEIRA, Diego Greinert de. Nos bastidores do Estado: uma análise da construção das diretrizes curriculares para a Educação Básica do Paraná (2008) na disciplina de Sociologia. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

PARANÁ SEED. **Reestruturação do ensino de 2.º grau**: Projeto de Conteúdos Essenciais do Ensino de 2.º grau. 1991.

PARANÁ. SEED. **Política SEED-Pr: Fundamentos e explicitação**. Curitiba, 1984

PARANÁ. Caderno de Itinerários Formativos 2022 – Ementa das unidades curriculares ofertadas em 2022. SEED. Grupo de Trabalho para elaboração dos Itinerário Formativos, 2022. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/caderno_itinerarios_formativos2022.pdf. Acessado em: 17 nov. 2022.

PARANÁ. Educação Financeira – 1ª Série. Disponível em: https://www.aulaparana.pr.gov.br/educacao_financeira_1ano. Acessado em: 20 nov. 2022.

PARANÁ. Formação Geral Básica – Currículo para o Ensino Médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, 2022.

PARANÁ. Formação Geral Básica – Currículo para o Ensino Médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, 2022.

PARANÁ. FUNDEPAR. Magistério para as séries iniciais do ensino de 1.º grau. **Anais do Seminário**. Curitiba: SEED-PR, 1983 (Organizadora: Diretora da FUNDEPAR, Prof.ª Lílian Anna Wachowicz)

PARANÁ. FUNDEPAR. **O Ensino Normal no Paraná e os Recursos para o desenvolvimento.** Curitiba, 1969.

PARANÁ. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 006/2022 - DEDUC/DPGE/SEED. Dispõe sobre o modelo de oferta para o Novo Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná no ano de 2023.

PARANÁ. Instrução Normativa Conjunta nº 008/2021 – DECUC/DPGE/SEED. Dispõe sobre a Matriz Curricular do novo modelo de oferta para o Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2022, 17 dez. de 2021. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/008_InstrucaoNormativaConjunta_MatrizCurricular_NEM_redepublicaestadualdeensinodoPr.pdf. Acessado em: 17 nov. 2022.

PARANÁ. INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 006/2022 – DEDUC/SEED. Dispõe sobre a implantação das Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio – NEM e a implementação dos itinerários formativos da Educação Profissional Técnica, em consonância com a legislação vigente, a partir do ano letivo de 2022.

PARANÁ. Lei 15.228, de 25 de Julho de 2006. Institui as Disciplinas de Filosofia e de Sociologia como disciplinas obrigatórias na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná, conforme especifica. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=1308>. Acesso em: 10 ago 2015

PARANÁ. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 2, 2021b.

PARANÁ. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 2, 2021b.

PARANÁ. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 2, 2021c.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Paraná) – SEED/PR. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 1, 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Paraná) – SEED/PR. Referencial curricular para o ensino médio do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) – Curitiba: SEED/PR, vol. 1, 2021.

PARANÁ. SEED /PROEM. **O Paraná muda o ensino de segundo grau de olho no futuro.** Curitiba, 1996.

PARANÁ. SEED. **Projeto pedagógico 1987-1990.** Curitiba, 1987.

PARANÁ. SEED. DEPARTAMENTO DE 2.º GRAU. **Proposta curricular de Sociologia para o ensino de 2.º grau.** Curitiba, 1994.

PARANÁ. SEED. Diretrizes curriculares de Sociologia para a educação básica. Curitiba. Seed, 2008.

PARANÁ. SEED. **Diretrizes curriculares para habilitação Magistério.** Curitiba, 1979.

PARANÁ. SEED. **Documento base para o planejamento prévio para a implantação do sistema de ensino de primeiro e segundo graus.** Curitiba: SEC, 1971.

PARANÁ. SEED. **Estudos Sociais: Módulo Instrucional I, 5.ª série.** Curitiba: SEC, 1978.

PARANÁ. SEED. **Fundamentação didático-pedagógica do currículo de 5.ª a 8.ª séries.** Curitiba: SEC, 1972.

PARANÁ. SEED. Operacionalização das diretrizes curriculares de Estudos Sociais: 5.ª série do ensino de primeiro grau. Currículo: Curitiba: SEC, v.3, nº 28, 1977.

PARANÁ. SEED. **Políticas do Estado do Paraná para o ensino médio.** 1995.

PARANÁ. SEED. **Projeto de avaliação da proposta curricular da habilitação: magistério.** Curitiba: SEED, 1989.

PARANÁ. SEED. **Reestruturação do ensino de 2º grau:** Projeto de conteúdos essenciais do ensino de 2º grau. Curitiba, 1988.

PARANÁ. SEED. **Reforma do ensino de 2.º grau.** Boletim Informativo do DOTP, Curitiba, 1974.

PARANÁ. SEED. **RESOLUÇÃO nº 2617/2001.** Institui no ensino médio (regular) noturno, em todas as séries, projetos interdisciplinares. Curitiba, 2001

PARANÁ. SEED. Sistema de Administração da Educação. **Estabelecimentos com disciplinas das áreas de Sociologia e Filosofia.** Curitiba, 2001.

PARANÁ. SEED-PR. NRE-LONDRINA. Classificação no Estado - Período Letivo 2024. Tipo de Consulta: Efetivo. Disciplina: 2301 – SOCIOLOGIA, 2024. (pdf. fornecido por um técnico).

PARANÁ. SEED-PR. NRE-LONDRINA. Suprimento de professores de Sociologia do QPM e Temporários, 2024a (doc EXCEL. fornecido por um técnico)

SILVA, Ileizi L. F. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar** - as configurações do ensino de Ciências Sociais-Sociologia no Estado do Paraná - 1970-2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2006.

SILVA, Ileizi L. Fiorelli. A Sociologia na Educação Básica: dos currículos democráticos aos currículos genéricos (1996-2020). In: LIMA, Idalice Ribeiro; Oliveira, Régia Cristina (orgs). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2021. pp 275-304

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, pp. 403-427, jul-dez de 2007.